

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 207.854 MINAS GERAIS**

**RELATOR** : MIN. EDSON FACHIN  
**RECDO.(A/S)** : MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
**RECDO.(A/S)** : ARTUR SEVERIANO REZENDE  
**ADV.** : ANTUNES ADALBERTO DE CARVALHO

**DECISÃO:** Trata-se de recurso extraordinário interposto no bojo de ação civil pública proposta em face do então Prefeito municipal de Campanha/MG, nos anos de 1990 a 1992, Artur Severiano Rezende, visando à retirada de publicidade dos móveis e imóveis da Municipalidade, bem como ao pagamento de indenização pela publicidade veiculada por imputar a esse material o caráter de promoção pessoal.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, confirmando a sentença de primeiro grau, negou provimento ao recurso de apelação do Ministério Público estadual (fls. 244-247). Concluiu que a divulgação (em jornal) apresentada nos autos não configurou ofensa ao princípio da impessoalidade (art. 37, §1º da CF) por ter caráter informativo. O acórdão foi prolatado no ano de 1995 e dele retiram-se alguns trechos:

“A prova documental oferecida constitui-se de exemplares de ‘O Campanhense’, órgão oficial da Prefeitura, que lastreou a perícia. Tal veículo de imprensa contém a publicação de atos oficiais da Administração, como resumos de balancete de receita e despesa, e encerra, por outro lado, como bem observou o Magistrado sentenciante, matéria noticiosa sobre visita do Prefeito a creche, comemoração do funcionalismo público, inaugurações, construção de sala para raios X, aquisição de aparelhagem para transmissão de sinal de TV, etc. (...) O demandado, como notou o Julgador, ‘esteve no jornal como parte do noticiário’, sem que a notícia veiculada tivesse cunho específico e predominante de sua promoção pessoal. É exigir demais que pequenos jornais de cidades do interior relatem matéria alusiva À Administração local, nas obras que empreende, omitindo o nome do administrador e silenciando

**RE 207854 / MG**

sobre o benefício do empreendimento realizado. O próprio art. 37, § 1º, da Constituição Federal, abre exceção ao princípio da impessoalidade de que trata, quando a publicidade tem caráter educativo, informativo ou de orientação social”

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, “a”, do permissivo constitucional, o *Parquet* aponta ofensa ao arts. 37, § 1º da Carta da República, sob o argumento de que o Tribunal *a quo* conferiu interpretação equivocada ao dispositivo constitucional em foco.

A Procuradoria-Geral da República opinou pelo provimento do recurso (fls. 282-286).

**É o relato do essencial. Decido.**

O transcurso de tempo entre os fatos que ensejaram a ação civil pública (1990 a 1992), o acórdão (1995), as contrarrazões (1996), a abertura de vista ao MPF (1998), a juntada do parecer ministerial (2003) e o aguardo de inclusão do processo em pauta plenária para julgamento (conforme regra regimental anterior e praxe dos dois Ministros Relatores que me antecederam), permitem-me um primeiro esclarecimento: na data do julgamento do processo pelo TJ de Minas Gerais, não havia posição consolidada desta Corte acerca do §1º, art. 37, CF, que dispõe, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

**RE 207854 / MG**

A jurisprudência do STF acerca da interpretação do dispositivo: no sentido da vedação de inserção de nome do governante em ações públicas, contido no dispositivo supra -, consolidou-se bastante tempo depois, sendo paradigmático o julgamento, pela Primeira Turma desta Corte, do RE 191.668, da relatoria do Min. Menezes Direito, em 2008.

Em paralelo, retira-se do acórdão combatido que as circunstâncias fáticas e as provas dos autos foram analisadas à luz do dispositivo vigente e da compreensão que dele se tinha à época do julgamento – 1995.

Nesse cenário, **para divergir das conclusões a que chegou a instância a quo (vinte anos depois), seria necessário reexaminar e revalorar o todo o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é inviável em sede de apelo extremo (Súmula 279 do STF).** Nesse sentido: ARE 851.496 - AgR, da relatoria do Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 17.04.2015; ARE 810.861 – AgR, da relatoria da Ministra Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 09.12.2014.

Do exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário (art. 321, § 1º, RI).

Publique-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

*Documento assinado digitalmente*